

ENSINO PELA LIBRAS: estudo sobre recursos visuais como meio de mediação da alfabetização e letramento de crianças surdas

MARIADNA DA SILVA COSTA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

DENISE APARECIDA BRITO BARRETO
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Resumo

Esta pesquisa tem por temática o ensino para crianças surdas a partir da utilização de recursos visuais para mediar o processo de alfabetização e letramento, tendo como base a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Para tanto elenca-se como objetivos conceituar os parâmetros da Língua Brasileira de Sinais, identificar os recursos pedagógicos visuais utilizados pelo/a docente para alfabetizar e letrar pela libras e pesquisar a relevância dos recursos visuais para alcance da alfabetização e letramento das crianças surdas. O presente estudo é realizado por meio da pesquisa qualitativa e bibliográfica, de acordo com Gil (2008) constituída a partir de livros, artigos científicos, documentos tornados públicos e registros fotográficos produzidos durante o processo de formação no curso de Letras-Libras. Fundamentado em autoras como Quadros (1997), Ormezzano (2006) e Soares (2006), realizam-se análises quanto aos recursos visuais, alfabetização e letramento e a língua de sinais. Conclui-se que a libras é uma língua com potencial linguístico para a comunidade surda comunicar-se e vivenciar o contexto educacional, embora esse processo ainda seja desafiante para os espaços escolares. Assim, os recursos pedagógicos visuais se configuram como meios importantes e necessários no ensino da criança surda por contribuir na aquisição de habilidades, estruturar a construção de significações e ajudar na aquisição da libras e do português. Aprendizagens bases para essas crianças compreenderem e expressar-se, sejam por meio da escrita ou dos sinais, visto que ter acesso a esse saber é um direito importante para sua vida e sua vivência no mundo.

Palavras-chave: Crianças surdas. Libras. Recursos visuais.

Abstract

This research focuses on teaching deaf children through the use of visual resources to facilitate the process of literacy and literacy, based on Brazilian Sign Language - Libras. To this end, the objectives include conceptualizing the parameters of Brazilian Sign Language, identifying the visual pedagogical resources used by teachers to teach literacy and literacy through Libras, and investigating the relevance of visual resources for achieving literacy and literacy in deaf children. This study is conducted through qualitative and bibliographic research according to Gil (2008), consisting of books, scientific articles, publicly available documents, and photographic records produced during the training process in Libras Letters courses. Based on authors such as Quadros (1997), Ormezzano (2006) and Soares (2006), analyses are conducted regarding visual resources, literacy and literacy, and sign language. It is concluded that Libras is a language with linguistic potential for the deaf community to communicate and experience the educational context, although this process is still challenging for school environments. Thus, visual pedagogical resources are important and necessary means in teaching deaf children, contributing to the acquisition of skills, structuring the construction of meanings, and helping in the acquisition of Libras and Portuguese. These are the foundations for these children to understand and express themselves, whether through writing or signs, as having access to this knowledge is an important right for their life and experience in the world.

Keywords: Deaf children. Libras. Visual resources.

Introdução

A educação escolar direciona-se para uma perspectiva de formação que está para além da codificação e decodificação dos símbolos, esta apreende que o conhecimento da palavra facilita o movimento e a interpretação de mundo, o que nos conduz a pensar sobre dois conceitos que intercalados estão presentes no contexto de ensino, sendo a alfabetização e o letramento.

A alfabetização é definida como o processo no qual se adquire o domínio da técnica de transformação do som da fala (fonema) em um sistema de representação gráfica (grafema) resultando na escrita, ou o processo inverso o que se estabelecerá como leitura, o letramento é dado, portanto, pelo desenvolvimento da habilidade de uso dessa tecnologia no âmbito social, apreendendo adequações de discurso e comportamento segundo o contexto.

Compreendendo esses aspectos é que a Língua Brasileira de Sinais – Libras passa também a fazer parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em todos os níveis de formação escolar. Esse processo garante aos seus usuários, as crianças surdas, um meio para vivenciar a alfabetização e o letramento por meio da sua língua materna, aspecto que atende aos anseios da luta na Comunidade Surda brasileira, idealizadora de uma inclusão que considera a especificidade linguística, possibilitando aos surdos também participarem da produção de conhecimento nos espaços de maioria ouvinte e em sua cultura no contexto letrado da sociedade.

A concepção dessa perspectiva é recente visto que, as línguas de sinais de modalidade denominadas de espaço visual, gestual motora, visuogestual ou visuoespacial¹ tem em suas histórias de construção o enfrentamento a diversos desafios para serem aceitas socialmente e legalizadas como língua, capaz de possibilitar a comunicação, assim como a língua oral. A Língua Brasileira de Sinais não difere nesse aspecto das demais e adentra o Brasil apenas em 1857 de forma oficial, através do convite ao francês Eduard Huet feito por D. Pedro II, para fundar a primeira escola de surdos, nomeada Imperial Instituto de Surdos Mudos.

Após 1896, quando finalmente chegou à conclusão de que o método oralista não era o suficiente para todos, combatem-se as definições estabelecidas no Congresso Internacional de Surdo-Mudez em Milão e alguns avanços foram percebidos na área no Brasil. Inicia-se pelo reconhecimento da libras como forma legítima de comunicação, através da aprovação da Lei n.º 10.436, e mais tarde do Decreto n.º 5.626 em 2005, uma garantia ao direito educacional e

¹ Definição que apresenta a modalidade da libras, que se constitui por aspectos que são captados pela visualidade e se organizam espacialmente (QUADROS, 2004, p. 35)

linguístico pelo qual os surdos passaram a ter o direito de usá-la por possuir potencial de expressão e relacionamento com o mundo.

Posto isso, afirmar que os processos de aprendizagem das crianças surdas sejam realizados pela libras compreende ainda uma ação desafiadora nos ambientes escolares, ao passo que o português, a língua oficial do Brasil, é visualizado como mais adequado, devido à maioria da população o utilizá-lo. Contudo, para os surdos, ele apenas é utilizado para escrita, configurando-se como segunda língua da comunidade. Desse modo, o ensino para alfabetizar e letrar a criança surda envolve a utilização de metodologias de ensino e recursos que não tenham como princípio de realização o uso da oralidade e sim da gestualidade que será acessada pela visão. A inclusão dos surdos em salas regulares junto aos ouvintes exige uma variação nos processos, solicitando a extensão do saber docente quanto a uma abordagem que atenda a ambos os públicos, para alcance da aprendizagem.

Assim surge a necessidade de reflexão e conhecimento sobre o ensino utilizando recursos visuais para mediar o processo de alfabetização e letramento de crianças surdas, tendo como base a Libras, uma língua de modalidade visuoespacial. Nesse ínterim, tem-se a seguinte questão: Como são utilizados os recursos pedagógicos visuais como meio de mediação pela Libras da alfabetização e letramento das crianças surdas? Para respondê-la, o presente estudo tem por objetivos conceituar os parâmetros da Língua Brasileira de Sinais, identificar os recursos pedagógicos visuais utilizados pelo/a docente para alfabetizar e letrar pela Libras e pesquisar a relevância dos recursos visuais para alcance da alfabetização e letramento das crianças surdas.

A metodologia adotada para esse estudo foi a pesquisa qualitativa e bibliográfica que de acordo Gil (2008) é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos; mas, também, utiliza outros documentos tornados públicos. Para tanto, privilegiou-se por trabalhos que apresentassem abordagens relativas ao processo de alfabetização e letramento de surdos pela Libras, materiais que tem um foco especial o processo de educação de crianças surdas, bem como, materiais fotográficos coletados no período de graduação em Letras- Libras pela pesquisadora. A formação fora realizada no ano de 2023, na instituição de ensino Centro Universitário Leonardo da Vinci em Guanambi, na qual durante o curso houve a criação e adaptação de materiais para ensino de crianças surdas. Soma se a esses dados, as fontes bibliográficas que contribuem com o estudo de conceitos concernentes a temática.

A língua de sinais no Brasil

A história da Língua Brasileira de Sinais – Libras está intimamente ligada a fundação promovida pelo padre Eduard Huet e apoio de D. Pedro II à primeira escola de surdos no país, este, na época em 1857, foi nomeado de Imperial Instituto de Surdos Mudos. O novo estabelecimento continha a proposta das disciplinas de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre Lábios, funcionava em regime de internato e era só para meninos.

Nesse contexto, a Libras foi sendo criada por meio de sinais da Língua Francesa e sinais que os surdos já utilizavam aqui no Brasil. Essa foi ganhando espaço pouco a pouco, mas sofreu uma grande derrota em 1880 no Congresso de Milão, devido à aprovação da leitura labial como método ideal para a comunicação surda, proibindo assim mundialmente o uso da língua de sinais. Em 1911, o instituto de referência na educação surda no Brasil passou a usar o oralismo puro para promover seu trabalho. A oralização é uma metodologia de ensino que tem como foco a observação da gesticulação e das vibrações emitidas durante a fala do ouvinte, o tutor, para imitação e pronúncia de palavras pelos surdos, a fim de que estes compreendam e reproduzam. Embora isso não fizesse com que os surdos parassem de usar os sinais para expressar-se, atrasou a difusão dos mesmos pelo país.

Para as meninas, essa oportunidade só surgiu com a fundação do Instituto Santa Terezinha, em São Paulo, no ano de 1929, que também funcionava em regime de internato e obrigava a utilização da fala, em detrimento ao uso de sinais. Para isso, em ambas instituições as aulas de reabilitação auditiva eram frequentes, visando que, ao aprenderem as movimentações dos lábios visualizando os instrutores e sentindo as vibrações, os surdos também aprendessem a pronunciar palavras.

Com o passar do tempo, novas perspectivas de educação para a comunidade surda surgiram, de modo que o termo “surdo-mudo” saiu de uso por ser incorreto e as movimentações apontaram para a luta pela garantia de uso de sinais para a comunicação, atendendo à especificidade linguística. A partir do crescente uso, juntamente com os movimentos empreendidos pelos defensores e participantes da comunidade, como a passeata “Surdos Venceremos” realizada em 1994 no Rio de Janeiro, houve mais visibilidade para os surdos bem como para suas demandas, essas especificamente estava cunhada na busca da legitimação e reconhecimento da Libras, o direito à educação para os surdos na sua língua materna e o provimento de intérpretes nas instituições em geral.

A mobilização visando tais aspectos fora iniciada desde 1993, mas apenas em 2002, no dia 24 de abril, foi aprovada a Lei n.º 10.436 pelo Decreto n.º 5.626, por meio dos quais a Língua de Sinais foi finalmente reconhecida como uma língua oficial do Brasil, bem como os recursos a ela associados. Também passando a ser obrigatório nas instituições públicas e empresas de serviço o atendimento e tratamento adequado ao surdo, e a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e de Magistério o ensino da Língua Brasileira de Sinais como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN; contribuindo de forma essencial para seu uso e difusão.

O Decreto n.º 5.626/05, se caracteriza como a legislação mais importante conquistada pela luta da Comunidade surda brasileira, pois ela determina a garantia dos direitos dos surdos em todos os âmbitos da sociedade, sejam estes públicos ou privados, estabelece diretrizes para a ação dos profissionais que os atenderão e reconhece a diferença relacionada a língua, das pessoas surdas. Esse movimento transforma a realidade existente até aquele momento, na qual a tentativa de normalização e adequação dos surdos à sociedade ouvinte apenas os excluía e dificultava os seus contatos e vivência nos contextos sociais.

A essa conquista se somou outras mais atuais que buscaram regulamentar alguns aspectos da língua e garantir direitos à comunidade surda, a exemplo a Resolução n.º 23.457/2015 do Tribunal Superior Eleitoral que determina a apresentação da janela com intérprete da Libras e a áudio descrição nas propagandas eleitorais. A publicação da Lei n.º 13.146/2015 do Estatuto da Pessoa com Deficiência que trata da acessibilidade em áreas como educação, saúde, lazer, cultura e trabalho e por fim, a publicação pela Anatel em 2016 das resoluções com as regras para o atendimento das pessoas com deficiência por parte das empresas de telecomunicações, medida para inclusão das pessoas surdas nos contextos sociais da sociedade.

Especificamente na área educacional a ação mais abrangente foi a inclusão de três emendas específicas sobre a educação dos surdos no Plano Nacional de Educação estas tratam de garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos de zero a dezessete anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas. Essas medidas dialogam para promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado; bem como apoiar a ampliação de profissionais, a fim de garantir a oferta de professores bilíngues, tradutores, auxiliares e intérpretes para um ensino significativo.

Todas essas medidas são primordiais para o processo de inclusão ativa do surdo na sociedade, tendo esses recursos necessários para seu desenvolvimento e envolvimento social. Inicialmente, é lícito reforçar como esses essenciais direitos são recém-adquiridos, o que dialoga diretamente com os aspectos aqui estudados. Analisar os processos de alfabetização e letramento envolve compreender os símbolos, os signos que estão vigentes no corpo social, a cultura e os conhecimentos compartilhados onde o indivíduo está inserido, como este os interpreta e os emprega em suas experiências, e para isso, é necessário o acesso pleno em todos os espaços.

Nesse sentido a educação é uma das ferramentas pela qual a criança terá a introdução de contato a tais possibilidades, pois na escola precisa-se haver a veiculação de diferentes textos para propiciar o desenvolvimento das habilidades auxiliadas por esses saberes, posto que pela alfabetização e pelo letramento pode se oportunizar as práticas que estará para além de codificação e decodificação. Segundo Martins e Ferreira, a alfabetização e o letramento:

Implica habilidades várias, tais como; capacidade de ler ou escrever para atingir com os outros, para imergir o imaginário, no estático, para ampliar conhecimentos para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se para apoio à memória, para catarse...: habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de texto, habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou lançar mão desses protocolos ao escrever; atitudes de inserção afetiva no mundo da escrita, tendo interesses e informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor (2010, p. 03)

3904

Esses aspectos apontam para apreensões fundamentais na vivência e no existir social dos seus aprendizes e também são constituídos por eles. De modo que, as crianças ouvintes que tem por primeira língua, ou língua materna, o português, acessam esses saberes de forma imediata desde o núcleo familiar, contudo, a criança surda por nascer em outra condição linguística, necessita de uma intervenção que dê suporte para esse acesso pelos aspectos da visualidade, nem sempre conhecido ou implementado pela família, em sua maioria ouvinte.

Segundo Kramer (1988) o alfabetizado é aquele que tem habilidade de leitura e escrita, não apenas de forma mecânica, mas em um processo de compreensão e expressão de significados, que envolva substituições e o objetivo principal seja a apreensão do mundo desde o que está mais perto ao que está mais distante visando-se a comunicação e a aquisição de conhecimentos.

Dessa forma, alfabetizar o surdo é possibilitá-lo a vivência adequada na cultura social da atualidade, visto que a alfabetização propicia a comunicação, importante meio para estabelecer relações com o outro, seja esse outro surdo ou ouvinte; é por isso que “enquanto

processo aquela só faz sentido se acontecer em Libras, ou seja, a língua deve ser usada na escola para aquisição da língua, para aprender através e por ela” (QUADROS, 2000, p.56), visto que a LBS é a primeira língua do surdo.

Por meio desta, realiza-se também o letramento, que segundo Soares (2006) é o estado ou condição de quem não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita e conjuga as práticas sociais de interação. O indivíduo é letrado por meio das relações que ele estabelece com o mundo, é o resultado das experiências individuais que ocorrem a partir da compreensão de que as palavras tem significado, mas que para, além disso, tem também sentido que serão construídos individualmente a partir da interação com o outro.

Essa aquisição vai se realizar dia-a-dia, com o desenvolvimento dos processos mentais e a superação das dificuldades nos diversos contextos em que a criança surda é partícipe, e a escola é parte importante nessa construção, visto que é o primeiro grupo do qual a criança faz parte, depois da família. Assim, é lícito afirmar que a alfabetização e o letramento de surdos ocorrem igualmente aos de pessoas que não o são, pois ambas são alfabetizadas com a teoria e letradas com as experiências vividas, tendo por diferença apenas o meio utilizado.

Posto essas questões, cabe ao sistema educacional movimentar-se para a construção de um ensino sem disparidades, com vistas a ser significativo e de qualidade para todos; a começar pelo papel fundamental do/a docente nesse processo cujo trabalho está ligado à dinâmica de ensino-aprendizagem da criança. Nesse sentido, a busca de caminhos a fim de compor meios de adequação e possíveis recursos para a alfabetização e letramento das crianças surdas pauta-se nos procedimentos que consideram os aspectos basilares da Libras, bem como a modalidade utilizada para se comunicar por meio dela.

3905

Parâmetros da Língua Brasileira de Sinais: A visualidade como meio de ensino

A libras, assim como a língua oral, é formada por todos os elementos que possibilitem seus usuários manifestarem diferentes conceitos, sejam eles de caráter racional ou emocional. Para tal é constituída por seis parâmetros que definem a sinalização, são denominados Configuração da mão (CM), que é resultado da posição dos dedos durante o sinal, Ponto ou local de articulação (PA) que é onde o sinal pode ser tocado no corpo ou no espaço encontrado em frente do assinalante, Orientação/direcionalidade (O) que diz respeito a direção a qual a palma da mão é orientada enquanto realiza a sinalização, Movimento (M) que refere-se ao modo como as mãos se movimentam e Expressão facial e/ ou corporal (EPC) que se realiza por meio

dos padrões labiais, movimentos dos olhos, cabeça e corpo durante a produção de sinais, possibilitando que esses adquiram um significado ou outro.

Os parâmetros são definidores dos sinais, pois são das alterações nas combinações dessas unidades mínimas que os itens lexicais das línguas de sinais são formados e, por sua vez, os aspectos semânticos também são alterados. Logo, o processo de sinalização envolve a aprendizagem dos sinais a partir da compreensão também desse aspecto, para que estes transmitam o sentido desejado e realize a comunicação. Essa aprendizagem concederá as bases para o acesso da criança surda aos outros conhecimentos que serão apresentados a ela no decorrer do processo de escolarização e também em outros espaços do âmbito social.

A autora Quadros (1997) reitera que a aprendizagem da Libras pelas crianças surdas ocorre de maneira semelhante, a aprendizagem do português pelas crianças ouvintes, ou seja, adquirindo primeiro domínio das estruturas mais simples de sinais, e após isso avançando na aprendizagem daqueles que envolvem mais parâmetros e formação de frases completas. Entretanto, para o surdo é preciso aprender a língua de sinais e a língua portuguesa para escrita, nesse desenvolvimento enquanto a escuta das estruturas fonéticas do português contribuem para o processo de leitura, escrita e compreensão pelas crianças ouvintes, a criança surda terá que realizá-la sem o pressuposto da audição.

É um novo conhecimento, que será trabalhado por meio da sinalização em libras, explicando as conjunturas que estruturam a grafia, leitura e interpretação do português, para que a criança estabeleça as relações significativas de forma visual. Posto isso, primeiro implementa o ensino da libras, priorizando o aumento do vocabulário e ampliando o contato e desenvolvimento da sinalização, inserindo-a nos contextos sociais que a possibilitarão o letramento e os pressupostos de vivência da língua para alfabetizar. Dessa forma, compreende-se que a alfabetização e letramento da criança surda procede pela aprendizagem da língua de sinais.

Na alfabetização em Libras necessita, portanto, ser explorado o estabelecimento do olhar, exploração das configurações de mãos, exploração dos movimentos em sinais, utilização das duas mãos em movimentos simétrico, não simétricos e/ ou configurações diferentes, uso das expressões não manuais, das diferentes funções de apontar, utilização de classificadores, da orientação das mãos e todos os recursos morfológicos, sintáticos, fonológicos, e semânticos próprios da LSB.

A aprendizagem desses componentes ocorre por meio de um trabalho constante de memorização, para isso utiliza-se dos diversos sentidos de que dispõe o surdo, como a visão e

o tato. Quadros (1997) expõe que os principais recursos para o processo de alfabetizar e letrar, envolve o uso da visualidade por meio da exploração dos sinais da língua primeiro de forma implícita na narração de histórias, nos jogos lúdicos e nas rotinas diárias como diálogos entre pares, passeios, e alimentação. Nesses momentos, a reprodução das unidades mínimas que formam os sinais não ficarão restritas à imitação descontextualizada, mas inseridas na dinâmica dos campos semânticos presentes na ocasião.

Essas atividades utilizam os recursos que a Libras oferece, cuja reprodução dos sinais ocorre durante a vivência, pois são as diferentes formas de interação que sustentarão o processo de registro mental dos sinais, concepção que abre espaço para a aprendizagem de modo mais lúdico e dinâmico. Outras técnicas salientadas envolvem o uso da tríade imagem-sinal-palavra escrita, tendo assim que o aluno surdo vai aprendendo os significados de acordo como esses são mostrados e utilizados nos momentos interativos.

Embora as metodologias para ensino da Libras variem, o principal meio de instrução daqueles que possuem a surdez, é a visão, característica que reivindica propostas educacionais direcionadas para o sujeito surdo proporcionais para ocorrer o registro do sinal e a possibilidade de reflexão sobre os mesmos. Conseqüentemente, as crianças surdas serão letradas e alfabetizadas tanto pela libras como pelo português, à medida que uma língua será suporte de ação para outra, embora ambas sejam independentes em sua constituição e possuem modos diferentes de serem organizadas pela visualidade para seu ensino.

Recursos pedagógicos visuais

A educação inclusiva deve responsabilizar-se de adotar um viés socioantropológico da surdez, pelo qual a compreende como uma diferença que tem por base de comunicação e criação a experiência visual por meio da língua de sinais. Assim, as pessoas surdas pertencentes a uma minoria linguística no Brasil que se expressam pela Libras, sua primeira língua, terá possibilidades de vivenciar a concretização do conceito do ensino de qualidade que reconhece e respeita a diversidade e busca adequar-se aos seus usuários conforme suas habilidades e o que necessitam.

Nesse âmbito, para que a instrução do surdo se realize, é lícito partir da compreensão de que este tem como base de aprendizagem o visual, e por isso deve a instituição de ensino estar apta para corresponder às exigências dessa especificidade, pela exploração dos recursos visuais

didáticos. Por meio deles, é possível desenvolver metodologias que envolvam as duas línguas, libras e português, estudadas para a alfabetização e o letramento da criança surda.

Os recursos visuais são importantes aliados para as práticas educacionais, e nos primeiros anos de contato da criança com o ambiente escolar são muito utilizados para promover e auxiliar na aquisição da escrita, pós o alcance dessa etapa a linguagem visual vai sendo substituída tomando o papel secundário o que promove uma rasa exploração de todas as potencialidades de contribuir na transmissão de conhecimentos e desenvolvimento do raciocínio que estes recursos possuem. As imagens, por exemplo, é vista apenas como acessórios ou dito de outra forma enfeites para os textos escritos, quando, na verdade poderiam ser trabalhadas mais significativamente por meio das interpretações dos aprendizes, instigados pelos professores, o que oportunizaria descobrir os conhecimentos que eles possuem e as diferentes percepções possíveis derivadas de um mesmo elemento.

As práticas de ensino nas escolas ainda são baseadas na fonética da língua oral e se sobrepõem ao uso de ferramentas visuais, aspecto negativo para a educação, dado que o uso de recursos visuais como método pedagógico inspira a imaginação e a reflexão pelas crianças. Para os surdos, as imagens estão para além da motivação para alcance de outras habilidades, pois, segundo a autora Reily:

Em contato inicial com a Língua de Sinais, necessitam de referências da linguagem visual com as quais tenham possibilidades de interagir, para conseguirem construir significados. Essa afirmação se fundamenta em concepções epistemológicas da corrente sociocultural soviética, que compreende o homem como ser social, cujas relações com o mundo, com o outro e consigo mesmo são mediadas por sistemas sógnicos (2003, p. 33).

Ou seja, os recursos visuais são essenciais para mediar a construção de conceitos, bem como a observação de comportamentos e modos de vida social. Tal processo oportuniza que as leituras realizadas pela criança surda sejam contextualizadas pelos conhecimentos veiculados na sociedade, viabilizando que este não fique excluído pelo não acesso. Assim, tendo que a libras é a primeira língua, é de suma importância que essa criança a desenvolva para tê-la como base para avançar para outros conhecimentos que os RV sejam empregados para possibilitar o percurso de caminhos que levarão a aprendizagens mais abrangentes.

A exemplo desses apontamentos, fichas (FOTOGRAFIA 1) contendo a Configuração de mão, o Ponto de articulação para realização do sinal e a escrita da palavra que representa o elemento é um importante meio para trabalho desses aspectos, pois aponta os componentes estruturais de ambas as línguas, a Libras e o português. Soma-se a esse processo a possibilidade

de utilizar essa tríade imagem-sinal-palavra escrita, para trabalhar diversos campos semânticos. No recurso abaixo, apresenta-se o sinal de um inseto, a abelha.

FOTOGRAFIA 1: FICHAS DE SINAIS²



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A estrutura adotada na ficha, tem potencial para ser sistematizada para estudos de outros aspectos das línguas como letras (FOTOGRAFIA 2) na qual se apresentam as letras do alfabeto em português, o pontilhado para aprendizagem da escrita e um elemento que é escrito nessa língua com esse respectivo signo. Nesse processo, a libras será o meio pelo qual se mostrará o sinal do animal visando a interlocução dos conhecimentos. De igual modo, ocorre nos materiais apresentados na ficha (FOTOGRAFIA 3) em que existe a escrita no português das cores, números e situações cotidianas, como a criança jogando bola e juntamente as Configurações de mãos (CM) para corresponder a esses respectivos elementos.

3909

FOTOGRAFIA 2: FICHA DE LETRAS

FOTOGRAFIA 3: FICHA DE NÚMEROS E CORES



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

² Fotografias 1, 2, 3 realizadas no período de cumprimento do requisito da atividade de estágio na graduação em Letras-Libras pela pesquisadora em 2023.

Em vista desses materiais pedagógicos, aponta-se também o uso de recursos visuais, como filmagens de diálogos, filmes, desenhos e jogos, que se constituem em estruturas mais complexas da língua, o qual é a reprodução de vários vocabulários em sequência. Segundo Quadros (1997), esses recursos envolvem a demonstração explícita da Libras em movimento, na qual ela está sendo utilizada por seus sinalizantes em espaços e contextos cotidianos, tal qual esses aprendizes também podem fazer. Essas interlocuções entre a aprendizagem escolar e os aspectos diários são essenciais para o avanço da criança surda em conhecimentos mais elaborados e maior confiança no uso da língua de sinais.

Reafirma-se que a aquisição desses saberes tem finalidades que vão além do muro da escola e são fundamentais para a vida, pois são os promovedores do meio para que a socialização não apenas aconteça, mas também seja feita de forma inclusiva, sendo possível assim participar ativamente dos contextos produzidos nos âmbitos sociais. Fundamentados nessa perspectiva, é evidente o que reitera a autora Ormezzano:

Dentre as pessoas que possuem diferenças físicas, as que talvez ganhem mais conhecendo as artes visuais são as surdas. Num mundo em que se valoriza a capacidade linguística, a imagem pode oferecer inúmeras possibilidades comunicacionais a quem não se comunica pela fala, podendo contribuir para o processo de inclusão social. Cabe destacar a relevância das funções da imagem no processo de comunicação com surdos, considerando a função tradutora, a função social, a função analítica, a função comparativa, a função temporal, a função espacial, a função estática, e, sobretudo a função didática, que pode ser motivadora do interesse do aluno porque capta a sua atenção apresentando uma valiosa possibilidade de alimentar a fantasia, de desenvolver a criatividade, de conectar-se com o domínio afetivo e ampliar seu campo cognitivo (2006, p. 05).

3910

Todas essas atribuições advindas do emprego dos recursos visuais não são exclusivamente alcançadas apenas pelas crianças surdas, mas é evidente que para essas há uma intensificação dos efeitos desse trabalho, pois os sistemas sígnicos são aos olhos o que são as palavras em modalidade escrita ou oral para os ouvintes. A autora Ormezzano é enfática na multiplicidade de objetivos que podem ser almejados a partir do empreendimento dos RV e destaca que esses podem ser construídos pelos próprios alunos que aprenderão também a partir da sua prática de elaboração.

A alfabetização e o letramento serão processos constituídos na educação infantil pelas crianças surdas mediados pela libras e pelo português, contudo a língua de sinais se constituirá primeiro, atendendo as especificidades da modalidade linguística visuoespacial. Por ela, avançará no ensino dos signos, bem como na ampliação da sinalização constituindo a percepção de conhecimento da criança surda, na qual essa entenda que as existências sejam elas abstratas

e/ou reais podem ser representadas por codificações, sejam escritas, orais ou em sinais e ter acesso a esse saber é um direito importante para sua vida e sua vivência no mundo.

Considerações Finais

A vivência dos processos de alfabetização e letramento são necessários para o indivíduo desenvolver habilidades que o auxiliem na criação e compreensão dos diferentes aspectos veiculados na sociedade, bem como para a utilização de uma ação social ativa e contextualizada. Para a criança surda, esses aspectos são apresentados a ela por meio da libras, sua língua materna de modalidade visuoespacial, inclusive no que se refere à aprendizagem do português, para escrita, leitura e acesso aos saberes compartilhados na cultura ouvinte.

Posto essas compreensões conclui-se que para uma aprendizagem que considera as especificidades da criança surda, quanto ao contexto linguístico, é essencial o uso de recursos pedagógicos visuais, visto que estes possuem potencial para retratar as estruturas das línguas necessárias, organizar de forma visual conhecimentos a serem compartilhados e também contribuir para a criação de significações pela criança surda para essa se tornar um indivíduo alfabetizado e letrado. Nesse ínterim, a libras é reafirmada como uma língua capaz de expressar todos os conceitos, garantindo à comunidade surda os elementos necessários para movimentar-se diante do mundo que a cerca, incluindo também o âmbito educacional.

3911

Referências

BRASIL. Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 15/04/2024.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 15/04/2024.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ORMEZANO, G. A linguagem visual na educação especial. **Revista Educação Especial**. Passo Fundo, n. 28, p. 275-276, mar. 2006.

QUADROS, Ronice Muller. Alfabetização e o ensino da língua de sinais. **Revista Textura**. Canoas, n.3, p. 53-61, jul-dez. 2000. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/888/0>. Acesso em: 18/04/2024.

QUADROS, R.M. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R.M; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto alegre: Artmed, 2004.

REILY, L. As imagens: o lúdico e o absurdo no ensino de arte para pré-escolares surdos. In: Silva, I.R.; Kauchakje, S.; Gesueli, Z.M (Orgs). **Cidadania, surdez e linguagem**: desafios de realidades. São Paulo: Plexus Editora. p.161-192, 2003. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/3131/313158902010/313158902010.pdf>. Acesso em: 19/04/2024.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2^o ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 5^o ed. São Paulo: Contexto, 2008.

Autor 1:



Mariadna da Silva Costa
Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, participante do Grupo de Estudos em Linguagem, Formação de Professores e Práticas Educativas - GELFORPE.
E-mail: 2024f0016@uesb.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3490597530645950>
Orcid: orcid.org/0000-0002-0621-075x

3912

Autor 2:



Denise Aparecida Brito Barreto
Professora plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Coordenadora do Grupo de Estudos em Linguagem, Formação de Professores e Práticas Educativas (GELFORPE/CNPQ/UESB)
E-mail: denise.brito@uesb.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9707078113782228>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3448-5109>